

**CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2019
RELGES 2019**

Castelo, ES, março de 2020

Unidade Administrativa: Câmara Municipal de Castelo/ES.

Documento: Relatório de Gestão.

Abreviatura: RELGES.

Natureza: Relatório.

Matéria(s): orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial.

Exercício: 2019.

Data de Elaboração: 10/03/2020.

Responsáveis: Domingos Fracaroli (Presidente de 01/01/2019 a 23/08/2019), Antônio Celso Callegário Filho (Presidente de 23/08/2019 a 27/11/2019), Warlen César Bortoli (Presidente de 27/11/2019 a 31/12/2019), Felipe Scabello Silva (Secretário de Administração) e Elder José Dalvi (Secretário de Finanças).

Base normativa: artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013.

1 – INTRODUÇÃO:

Este documento, denominado Relatório de Gestão ou RELGES, relata e analisa os principais atos e fatos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial da Câmara Municipal de Castelo, Espírito Santo, no exercício de 2019, com o objetivo de integrar as contas anuais do Poder Legislativo.

2 – FUNDAMENTO NORMATIVO:

O fundamento normativo deste relatório é o artigo 137, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - Resolução TCE/ES nº 261/2013, e suas modificações posteriores, determinando que a partir do exercício de 2013, inclusive, as contas do Legislativo fossem acompanhadas do RELGES.

3 – FINALIDADES:

Em linhas gerais o artigo 3º, inciso VIII, da Instrução Normativa TCE/ES nº 43/2017 conceitua o RELGES como sendo

“(...) relatório contendo informações de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e de gestão fiscal, organizado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas”

A segunda parte do dispositivo esclarece a sua principal finalidade: *“permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da*

conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis.”

Mais do que isso o RELGES, além de relatar e expor os fatos do passado, dando uma visão sistêmica da administração num determinado período, pode servir de base para orientar e auxiliar a tomada de decisões futuras, objetivando o aperfeiçoamento da gestão pública e o atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração, notadamente o da eficiência, sendo estas as diretrizes que orientaram este trabalho.

4 – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS:

A elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2019 iniciou-se com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal nº 3.836, de 30/08/2018, onde foram traçadas as diretrizes gerais para o orçamento municipal, incluindo o da Câmara, que contém, genericamente, algumas metas e objetivos do Poder Legislativo, tais como construção, reforma e/ou ampliação da sede; aquisição de bens móveis, equipamentos e veículos; manutenção das atividades, despesas com pessoal e outros encargos; e manutenção do regime próprio de previdência em extinção.

Tais aspirações consubstanciaram-se na Lei Orçamentária Anual, Lei nº 3.867, de 18/12/2018, destinando à Câmara R\$ 3.974.573,56 para o exercício de 2019, equivalentes a 4,07% do orçamento geral do Município de Castelo, que naquele exercício foi estimado em R\$ 97.569.085,00.

Isso representou, em relação ao exercício de 2018, um aumento de R\$ 127.573,56, ou 3,31%, considerando que a previsão orçamentária da Câmara para 2018 foi de R\$ 3.847.000,00, ou 4,54% do total do orçamento geral do Município, naquele exercício estimado em R\$ 84.700.000,00.

Ressalta-se que o Poder Legislativo, mesmo com um aumento inferior ao observado para o exercício de 2018, que foi 3,69% em relação ao exercício de 2017, ainda conseguiu anular saldos orçamentários e transpô-los para o orçamento da Prefeitura, o que não comprometeu, no entanto, o alcance de suas metas e a execução de seus projetos.

Para o exercício de 2020 o orçamento da Câmara foi fixado em R\$ 4.277.714,70, ou 4,05% do Orçamento Geral do Município - Lei nº 3.959, de 18/12/2019, estimado em R\$ 105.520.000,00, representando um acréscimo de R\$ 303.141,14 em relação ao exercício de 2019, equivalentes a 7,62%, consentâneo à realidade inflacionária do país e capaz atender as despesas da Câmara, embora tal quadro inspire prudência nos investimentos de maior monta, frisando que para 2020 o aumento de repasse de recursos financeiros será o maior dos últimos 3 anos.

A tabela abaixo demonstra as evoluções orçamentárias nos exercícios de 2013 a 2020:

Exercício	Orçamento Municipal (R\$)	Orçamento da Câmara (R\$)	Percentual Orçamento Municipal	Diferença Exercício Anterior (R\$)	Diferença Exercício Anterior
2013	75.997.000,00	2.942.905,97	3,87%	-	-

2014	91.496.800,00	2.948.127,00	3,23%	+ 5.221,03	+ 0,17%
2015	91.120.000,00	3.103.127,00	3,41%	+ 155.000,00	+ 5,25%
2016	88.432.971,79	3.496.000,00	3,95%	+ 392.873,00	+ 12,66%
2017	79.692.100,00	3.710.000,00	4,66%	+ 214.000,00	+ 6,12%
2018	84.700.000,00	3.847.000,00	4,54%	+ 137.000,00	+ 3,69%
2019	97.569.085,00	3.974.573,56	4,07%	+ 127.573,56	+ 3,31%
2020	105.520.000,00	4.277.714,70	4,05%	+ 303.141,14	+ 7,62%

5 – ASPECTOS FINANCEIROS:

No aspecto financeiro não houve grandes inovações no exercício de 2019.

Em 2013, com o aumento do número de vereadores e do valor dos subsídios para a legislatura finda em 2016, as despesas com os edis aumentaram em 91,29% em relação à legislatura anterior (2009-2012), nada que, no entanto, tenha comprometido as finanças da Câmara nos exercícios de 2013 a 2016, considerando que em nenhum desses anos foi concedida à edilidade a revisão geral anual prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal, nem mesmo direitos indenizatórios como 13º subsídios e outros de mesma natureza.

Já no exercício de 2019, terceiro ano da legislatura corrente, o investimento com subsídios ficou estagnado, pois não houve o reajuste de subsídios para legislatura 2017-2020, permanecendo o valor previsto para a anterior, de R\$ 4.900,00 mensais (Lei Municipal

nº 3.272/2012), não sendo concedida em 2019, igualmente, revisão geral anual dos subsídios dos vereadores nem pagamentos de outros direitos como 13º salário e 1/3 de férias, o que contribuiu para a estabilização das despesas com os agentes políticos nos mesmos patamares de antes.

Ainda em matéria de subsídios os futuros gestores devem estar atentos para o exercício de 2021, já que a partir de 1º de janeiro daquele ano o valor dos subsídios mensais dos vereadores passará de R\$ 4.900,00 para R\$ 6.900,00, prevendo-se também o pagamento de 13º salário e 1/3 de férias, o que aumentará as despesas em R\$ 372.320,00 anuais, já incluídos os encargos sociais, despesa, entretanto, que aparentemente será absorvida pelo orçamento do Poder Legislativo, que cresce a uma média anual de 5,5% desde 2014, sem contar que o percentual da despesa com pessoal da Câmara em 2019 foi de 2,61% da receita corrente líquida do Município de Castelo, demonstrando, ao menos presentemente, para a possibilidade de suportar esses investimentos.

De resto, em 2019 não houve relevantes alterações nos investimentos em matéria de pessoal, constituindo como única exceção à regra o aumento do vencimento-base do cargo de Chefe de Departamento de Gestão e Serviços Gerais ocorrido em março de 2019, passando de R\$ 1.447,48 para R\$ 2.090,79, nos termos da Lei nº 3.875, de 11/03/2019, impacto orçado de R\$ 8.355,52 anuais para 2019, o que não comprometeu as finanças nem os limites legais e constitucionais.

Talvez por isso o total da despesa com pessoal do Poder Legislativo em 2019 tenha ficado em R\$ 2.649.214,19 – 2,61% da receita

corrente líquida do Município de Castelo, contra 2,80% observado no ano anterior (despesa de R\$ 2.608.605,03).

Mesmo assim, para o ano de 2020 o gestor deve levar em conta alguns fatores que podem majorar tais investimentos: além da possibilidade de reajuste no mês de março, decorrente da data-base dos servidores municipais aprovada pela Lei nº 2.366, de 14/02/2006, a Câmara realizou concurso público, devidamente homologado, possuindo nomeações pendentes, o que poderá ensejar despesas mensais no valor de R\$ 17.948,48 ou R\$ 143.587,84 anuais, já incluindo os encargos sociais, razão pela qual a execução financeiro-orçamentária dessas despesas deve ser acompanhada com atenção para que tal equilíbrio seja mantido.

Quadra salientar em 2019 ainda houve sobra de recursos financeiros, o que permitiu a devolução à Prefeitura, o que demonstra que a Câmara conseguiu cumprir suas obrigações financeiras com todos os servidores, vereadores e fornecedores e ainda economizar e devolver recursos.

6 – ASPECTOS OPERACIONAIS:

Ao longo de 2019 a Câmara procurou munir-se dos instrumentos necessários para atender suas demandas e cumprir suas finalidades.

Nenhuma inovação substancial ocorreu em relação a 2018, sendo celebrados apenas os contratos ordinariamente feitos, que envolvem os setores de publicidade e comunicação (precipuamente rádios) e administrativos, que incluem contratos para fornecimento de cópias reprográficas, materiais de consumo como papéis, envelopes e capas

de processos e combustível, despesas que foram suficientemente comportadas pelo orçamento.

Tais despesas, assim consideradas, são úteis e necessárias ao desenvolvimento regular das atividades da Câmara, pois, ao longo dos anos, com o aperfeiçoamento da tecnologia e a necessidade de levar a um número cada vez maior de pessoas as informações sobre o Poder Legislativo, de maneira rápida e transparente, prestigiando assim o princípio constitucional da publicidade, lançou-se mão de ferramentas mais efetivas para este fim, como a criação de um portal (site) contendo todas as informações dos projetos que tramitam, página da transparência, transmissão em tempo real das sessões por rádio, jornal informativo etc, avanços que foram lentamente conquistados e cuja interrupção pode trazer inegáveis prejuízos à publicidade dos atos.

De resto, é imperioso ao Poder Legislativo buscar o equilíbrio nas suas ações, com planejamento e cautela na assunção de grandes obrigações financeiras, especialmente as de caráter continuado com pessoal, que consome boa parte de seu orçamento.

7 – ASPECTOS PATRIMONIAIS:

O ano de 2019 não registrou nenhuma mudança substancial no acervo patrimonial da Câmara.

Ela é detentora de apenas um imóvel, qual seja, o de nº 118 da Av. Getúlio Vargas, Bairro Baixa Itália, Município de Castelo, ES, o qual lhe serve de sede.

Quanto aos móveis, os existentes sofreram as depreciações ordinárias, sem haver, no entanto, nenhum tipo de bem cujo desgaste, pelo seu uso ou outro fator determinante, tenha sido extraordinariamente alto.

No mais, as aquisições mais relevantes de bens permanentes, devidamente previstas, cingiram-se a um notebook, um projetor datashow e outros equipamentos (Contrato nº 10/2019, valor global de R\$ 8.318,00), sendo as projeções patrimoniais para 2020 um pouco maiores, já que a enchente que atingiu o prédio da Câmara no dia 25/01/2020 promoveu a destruição de inúmeros bens móveis, dentre eles mesas, cadeiras, longarinas, televisor, geladeira etc, razão pela qual outros já foram ou estão sendo adquiridos para substituí-los.

8 – ASPECTOS FISCAIS:

Este relatório abordou os aspectos orçamentário e financeiro da Câmara, apontando receitas e despesas e a evolução desses elementos ao longo do exercício passado.

Considerando que o Poder Legislativo tem como fonte exclusiva de receita os repasses dos duodécimos pela Prefeitura e que por tal motivo nenhuma medida administrativa resultará no aumento da sua receita, as únicas ações adotadas foram e serão aquelas que objetivam a austeridade nas contas públicas, aplicando a economicidade na execução dos recursos como meio de obter equilíbrio entre receitas e despesas, o que, até o momento, vem surtindo o efeito desejado.

Mesmo neste quadro o desempenho da Câmara pode ser considerado bom, pois, além de cumprir todos os seus encargos com pessoal e fornecedores, ainda conseguiu devolver recursos financeiros e orçamentários à Prefeitura em 2019, considerando que em 2020, dependendo das ações administrativas a serem implementadas, o panorama de economia deve continuar, ainda mais porque o orçamento do Legislativo foi reajustado em 7,62%.

9 – CONCLUSÃO:

Após a breve explanação concluímos que o ano de 2019 foi marcado pela constante atuação legislativa e administrativa da Câmara Municipal de Castelo, que buscou a realização de suas atividades e projetos como meio de cumprir suas finalidades institucionais, sem colocar em risco, por outro lado, a sua capacidade financeira, orçamentária e fiscal.

Mais que analisar os atos e fatos do passado, noutros momentos foram apresentadas sugestões, eis que o planejamento das ações conduzirá, certamente, a uma melhor aplicação dos recursos, permitindo alcançar economia e eficiência no serviço público em favor da austeridade e do equilíbrio fiscal.

Este relatório não tem pretensão de ser exauriente, já que a matéria é ampla, variável e comporta inúmeras interpretações, devendo registrar que seu principal objetivo é demonstrar, de maneira clara e sucinta, os principais aspectos do Poder Legislativo, não só para permitir uma análise sistêmica desses atos, e a possibilidade de cotejá-los com outros, mas para ajudar no crescimento da Câmara e do Município de Castelo, apontando as possíveis imperfeições e acertos daquilo que

foi analisado, sempre em prol do direito, do interesse público e do bem comum, esperando que todos os gestores e responsáveis continuem a refletir este importante pensamento.

Castelo, ES, 10 de março de 2020.

FELIPE SCABELLO SILVA
Secretário de Administração

ELDER JOSÉ DALVI
Secretário de Administração

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO PELA PRESIDÊNCIA

Após a análise do relatório em epígrafe (RELGES exercício 2019), aprovo o documento supra, razão pelo qual, em sinal de minha ciência e concordância, assino-o juntamente com os responsáveis. Em 10/03/2020.

WARLEN CÉSAR BORTOLI
Presidente